

ESCOLA PARTICULAR

siesp

• ANO 20 • Nº 237
DEZEMBRO - 2017

PUBLICAÇÃO MENSAL DO SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO

O novo Ensino
Médio, a BNCC e o
Desenvolvimento
de Competências
Socioeducacionais



O novo Ensino Médio, a BNCC e o Desenvolvimento de Competências Socioeducacionais

A principal polêmica diz respeito às disciplinas obrigatórias, que ainda deverão ser estabelecidas pela BNCC

Estamos sendo bombardeados com novas estruturas e novos referenciais, em especial no que diz respeito ao Ensino Médio, segmento que conclui o que chamamos de Educação Básica. Como o próprio nome sugere, tal ciclo deve proporcionar as aprendizagens mínimas necessárias para o cidadão atuar ativamente na sociedade, servindo, também, como marco de definição sobre seguir em frente rumo ao Ensino Superior ou inserir-se no Mercado de Trabalho. Esse dilema sempre foi intrínseco a esse segmento que já se dividiu em Clássico, Científico ou Normal, Segundo Grau profissionalizante ou de Formação Geral, Ensino Médio ou Médio-técnico. O novo modelo apresenta-se com a roupagem de solução ao formato enciclopédico e ineficaz que impera desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) instituída em 1996.

ENFIM, O QUE É A REFORMA?

Em síntese, a Reforma (1) flexibiliza e muda a distribuição dos conteúdos das treze atuais disciplinas obrigatórias ao longo dos três anos do ciclo; (2) dá novo peso ao ensino técnico, reintegrando-o ao Ensino Médio de forma optativa e (3) incentiva a criação e ampliação de escolas de tempo integral. O currículo será definido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ainda em elaboração, porém a nova lei já determina uma nova carga-horária que divide o currículo em ciclo obrigatório, com conteúdos indicados na BNCC, que deve ocupar 60% da carga horária total e o ciclo de “aprofundamento” em uma das quatro áreas (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias) ou formação técnica e profissional, que deverá ocupar 40% da carga horária total. A carga horária deverá ser ampliada progressivamente até 1400 horas anuais (hoje são 800 horas anuais obrigatórias), ajudando a cumprir, assim, a Meta 6 do Plano Nacional de Educação que prevê que até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas na Educação Básica (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) estejam estudando em tempo integral.

AS CRÍTICAS E AS DEFESAS

A reforma do Ensino Médio tem sido alvo de diversas críticas e polêmicas. A primeira delas é o fato de uma reforma de ensino ter sido aprovada sob forma de Medida Provisória. A principal polêmica diz respeito às disciplinas obrigatórias, que ainda deverão ser estabelecidas pela BNCC, mas que, contrariando a LDBN, (que diz que Português, Matemática, Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia devem ser disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio), coloca Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia como “estudos e práticas” obrigatórios que poderão ser diluídos em projetos interdisciplinares.

Entre as críticas mais contundentes à reforma está a de que a inclusão do ensino profissionalizante, como um itinerário possível aos estudantes, durante o novo Ensino Médio, vai empurrar os jovens com menor renda para carreiras de subemprego, enquanto que os mais ricos poderão continuar visando a universidade e focar seus estudos nas áreas que desejam.

Outra crítica diz respeito às condições estruturais das escolas, o que deflagra que, ao contrário do que o governo divulga, os itinerários formativos não serão verdadeiramente escolhidos pelo estudante. Serão oferecidos de acordo com as condições da escola em fazê-lo. A ideia de escolha, em especial nas escolas públicas, não será uma realidade. O déficit histórico e estrutural que ocorre nas escolas públicas com relação a recursos humanos e materiais, facilita antever o cenário nessas instituições. No ensino privado, por outro lado, esse quadro poderá configurar-se de forma qualificada, podendo compor um novo nicho de mercado.

Uma terceira crítica aponta a inclusão obrigatória de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia como uma forma de subtrair conteúdos dessas áreas já que tais estudos poderão ser diluídos no currículo. Nota-se que esses campos não são chamados de disciplinas. Na realidade, também não serão obrigatórias e poderão ser >>>





A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa nortear o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica

diluídas em outras disciplinas. O mesmo vale para áreas como geografia, história e química, que também ficarão diluídas nos itinerários formativos.

A defesa do projeto se pauta em dados estatísticos que evidenciam que o segmento do Ensino Médio possui cerca de 8 milhões de alunos com elevadas taxas de evasão escolar e baixos índices de aprendizagem. Um em cada quatro alunos desse ciclo de ensino está com mais de dois anos de atraso escolar, segundo o Censo Escolar de 2016, divulgado no mesmo dia da sanção da lei. Uma contradição se coloca, na medida em que, apesar do Ensino Médio ser obrigatório por lei, 40% dos jovens brasileiros não conseguem completar as três séries. Dos que completam, dois terços terminam sem qualquer preparo para a vida profissional e apenas um terço consegue ingressar numa faculdade.

Os especialistas em ensino médio, de forma geral, afirmam que as inovações introduzidas pela nova lei vão demorar algum tempo para serem implementadas e que os resultados concretos só começarão a ser sentidos depois de 2020. Reconhecem, portanto, que tais mudanças levarão esse ciclo de ensino a ficar mais próximo das aspirações e demandas das novas gerações. Mesmo os

estudiosos à favor da reforma concordam que como as mudanças permitem que os itinerários formativos do currículo sejam oferecidos conforme a capacidade de cada rede de ensino, os estudantes dos pequenos municípios e das periferias das grandes cidades não gozarão das mesmas condições que os grandes centros. Independentemente disso, classificam a reforma como um importante passo no sistema educacional, a ser acompanhado e aperfeiçoado, como toda mudança na estrutura educacional.

A BNCC SAI OU NÃO SAI?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa nortear o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. É uma referência dos objetivos de aprendizagem de cada uma das etapas de sua formação. Não é um currículo, a Base Nacional é uma ferramenta que visa a orientar a elaboração do currículo específico de cada rede de ensino e de cada escola, dando espaço para as particularidades metodológicas, sociais e regionais.

A Base estabelece os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar, por

meio da definição de competências e habilidades essenciais, enquanto o currículo irá determinar como esses objetivos serão alcançados, traçando as estratégias pedagógicas mais adequadas.

A BNCC é um documento norteador e uma referência única para que as escolas e sistemas elaborem os seus currículos que surge para solucionar o problema das enormes discrepâncias curriculares encontradas pelo Brasil a fora. Apesar de parecer recente, a ideia de uma base curricular comum às escolas de todo o Brasil já é oficial desde a promulgação da Constituição de 1988, que em seu artigo 210 que diz “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a as- >>>

A Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo unificar conteúdos básicos, que devem ser ensinados em todo o país e que correspondem ao currículo mínimo obrigatório de uma escola



segurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”

O processo de construção da BNCC iniciou-se em junho de 2015 com a criação de uma comissão de especialistas para a elaboração de uma proposta inicial e com o lançamento do Portal BNCC, em julho do mesmo ano, com a divulgação do texto preliminar. Em setembro do mesmo ano abriu-se espaço para as contribuições do público, prazo esse que se estendeu até março de 2016. O portal recebeu mais de 12 milhões de contribuições e, a partir delas, foi feita uma grande revisão do documento.

A segunda versão da Base Nacional Comum Curricular foi publicada em maio de 2016. A partir daí, começaram a acontecer os Seminários Estaduais que foram realizados em todas as unidades da federação. Os seminários estaduais foram organizados e coordenados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), entre os meses de junho e agosto de 2016. O objetivo desses Seminários, que reuniram, ao todo, mais de 9 mil pessoas, foi receber contribuições relevantes de alunos, professores, especialistas, coordenadores e instituições para aprimorar ainda mais o documento.

A segunda versão do documento, contendo as principais observações feitas pelos educadores, ficou pronta em setembro de 2016. O documento sofreu muitas críticas, em especial em função de sua linguagem confusa e genérica, o que desqualificava um documento que deveria ser claro e conciso.

Após alguns ajustes necessários, incluindo a divisão do documento em duas partes: BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental e BNCC de Ensino Médio, a terceira versão do documento relativa à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi apresentada no dia 6 de abril de 2017. A apresentação da terceira versão do documento relativo ao Ensino Médio foi prometida para o segundo semestre de 2017.

Depois de aprovada a versão final da Base Nacional Comum Curricular, cada Secretaria de Educação estadual e municipal poderá incluir em seus currículos conteúdos específicos, como a História e a Geografia da região ou as tradições específicas dos povos indígenas daquele lugar, por exemplo. Essa parte específica configurará a chamada base diferencial.

A base diferencial da BNCC está de acordo com uma estratégia do Plano Nacional de Educação, que visa “desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo

e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.”

Em síntese, a Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo unificar conteúdos básicos, que devem ser ensinados em todo o país e que correspondem ao currículo mínimo obrigatório de uma escola. Paralelamente, pretende que os conteúdos regionais, frutos da cultura de cada lugar continuem sendo ensinados aos alunos, compondo a parte diversificada do currículo escolar.

A BNCC E AS COMPETÊNCIAS SOCIO-EMOCIONAIS

Há um discurso oficial do Ministério da Educação de que a BNCC tem como objetivo garantir a formação integral dos indivíduos por meio de desenvolvimento das chamadas competências do século XXI. As chamadas *competências do século XXI* dizem respeito a formação de cidadãos mais críticos, com capacidade de aprender a aprender, de resolver problemas, de ter autonomia para a tomada de decisões, cidadãos que sejam capazes de trabalhar em equipe, respeitar o outro, o pluralismo de ideias, que tenham a capacidade de argumentar e defender seu ponto de vista. Logo, estamos diante de



freepik.com

um referencial que induza o desenvolvimento de competências que compõem a formação de cidadãos críticos, criativos, participativos e responsáveis, capazes de se comunicar, lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios. Estamos, aqui, falando basicamente das competências socioemocionais.

A nova versão da BNCC prevê que os estudantes devem desenvolver 10 competências básicas de natureza cognitiva e socioemocional. São elas:

1- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.

2- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3- Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das

locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4- Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5- Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

6- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem >>>

MSM
MUNHOZ SOARES
MARTINHO

Sociedade de Advogados

ASSESSORIA JURÍDICA SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

Com mais de 10 anos de experiência, o MSM propõe soluções para a redução da inadimplência, interpretação da legislação educacional, ações específicas visando a prevenção de riscos trabalhistas e gestão financeira para a sua escola.



www.msomadogados.com.br



contato@msomadogados.com.br



11 2366 8326



Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.550 - cj 2706
Chácara Santo Antônio
Cep 04711-130 - São Paulo

Conciliação

Cível

Contratos

Trabalhista

Cobrança



Já sabemos que o modelo de ensinar e aprender da escola tradicional não atende mais às exigências do mundo atual

e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.

9- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

10- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS. DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Competências socioemocionais são aquelas que nos permitem colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros. São competências que possibilitam um relacionamento saudável entre as pessoas, tendo como base uma boa administração da dinâmica emocional na qual estamos inseridos ao longo da vida. Suportar as frustrações a ponto de não sermos deseducados com os outros é um exemplo de competência socioemocional. Outra competência socioemocional essencial é reconhecer nossas possibilidades e limites em contextos coletivos. O desenvolvimento de tais competências se dá de maneira continuada, começando na família e continuando na escola que tem um papel essencial nesse contexto.

As competências socioemocionais ganharam destaque no cenário educacional a partir da década de noventa do século passado em função do surgimento do Paradigma do Desenvolvimento Humano, proposto pelo PNUD (Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento) e em função da publicação do Relatório Jacques Delors, organizado pela Unesco que acirra o debate sobre a importância de uma educação plena, que considere o ser humano em sua integralidade. O primeiro coloca as pessoas no centro dos processos de desenvolvimento e destaca a educação como principal caminho para prepará-las para escolhas e ajudá-las a transformar seu potencial em competências. Já o relatório da Unesco propõe um sistema de ensino baseado em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a conviver, o que desconstrói a dinâmica tradicional da escola e a obriga a repensar seus paradigmas.

Já sabemos que o modelo de ensinar e aprender da escola tradicional não atende mais às exigências do mundo atual. Os desafios do século XXI exigem diversas competências e postura de protagonismo que a escola ainda não consegue desenvolver. Isso cria um antagonismo entre o mundo do trabalho e a formação escolar. Talvez a principal conexão entre a formação escolar e as exigências do mundo atual seja o desenvolvimento de competências socioemocionais. Nesse >>>



processo, tanto crianças como adultos aprendem a colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros.

Vale a pena ressaltar que o desenvolvimento de tais competências sempre foi objetivo da educação escolar enquanto entendida como um processo de formação integral. O contexto atual, no entanto, exige que o desenvolvimento de tais competências seja intencional e, por isso, seja fruto de estudo, reflexão e planejamento específico. As pesquisas na área nos mostram que as competências socioemocionais podem ser aprendidas, praticadas e ensinadas.

É preciso deixar claro, portanto, que tal proposta não se realiza em detrimento do desenvolvimento das chamadas competências cognitivas como interpretar, generalizar, analisar, sintetizar, correlacionar, etc. Na verdade, as competências cognitivas estão estreitamente relacionadas com as socioemocionais. Há uma relação direta e positiva entre capacidades socioemocionais e capacidades cognitivas, como já demonstram alguns estudos. À escola, cabe desenvolver um currículo integrado em que ambas possam ser desenvolvidas concomitantemente.

Com base no modelo inicial desenvolvido por Ernest Tupes e Raymond Christal (1961), Goldberg (1993) aperfeiçoou um modelo de cinco fatores de personalidade que ficou conhecido como “Big Five” e que sintetizam quais são os cinco grupos de competências socioemocionais. Essas cinco dimensões, baseadas em amplas pesquisas validadas em diversas partes do mundo são: (1) abertura a novas experiências, (2) extroversão, (3) amabilidade, (4) consciência (também traduzida como conscienciosidade, do inglês conscientiousness) e (5) estabilidade emocional (em inglês, usualmente identificada na carga de instabilidade emocional, ou neuroticism).

A abertura a novas experiências reúne o conjunto de características que predis põem o indivíduo a ser predisposto ao novo, como ser curioso, excitável, imaginativo, artístico e não convencional. A Extroversão diz respeito às características que nos orientam o interesse e a energia para o mundo externo, para as pessoas e para as coisas (ao invés de nos orientar para o mundo interno, para a experiência subjetiva). Ser amigável, autoconfiante, aventureiro, entusiasmado e sociável são algumas das atitudes que caracterizam esse grupo. Ser tolerante, altruísta, modesto, simpático e objetivo são características que compõem

a dimensão da Amabilidade, que se caracteriza pela tendência a agir de modo cooperativo e não egoísta. Ter tendência a ser organizado, esforçado e responsável é a principal característica da dimensão Consciência. O que nos classifica como tal é sermos eficientes, organizados, autônomos, disciplinados, não impulsivos e orientados para os objetivos (batalhador). Finalmente, a Estabilidade Emocional expressa a previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de humor. O seu oposto caracteriza aqueles que são emocionalmente instáveis, irritadiços, impulsivos e inseguros.

Para preparar seus alunos para as exigências do século XXI, as escolas precisam inserir essas cinco dimensões no currículo, sem excluir as competências cognitivas e os principais conteúdos de cada área. A melhor maneira de se fazer isso é inserir o desenvolvimento das competências socioemocionais no currículo e nas práticas cotidianas de ensino e aprendizagem. Isso significa rever a forma como damos aula. Os estudos orientados e a pedagogia de projetos são dois caminhos que têm se mostrado frutíferos para esse fim, pois através deles, é possível os alunos conhecerem suas formas favoritas de aprender, o que os motiva, o que os faz desistir, como lidam com o erro e o que

As competências cognitivas estão estreitamente relacionadas com as socioemocionais

sentem diante do sucesso e do fracasso. É essencial que a forma de trabalhar do professor estimule os alunos a descobrirem quais são seus sonhos e como podem perseverar para alcançá-los.

Pesquisas promovidas pelo Instituto Ayrton Senna e pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) revelam que o desenvolvimento de competências socioemocionais afetam positivamente as competências cognitivas e promove mudança de postura nos alunos. Em geral, alunos que possuem essas competências mais desenvolvidas aprendem trinta por cento mais Matemática e Português. O diferencial de um indivíduo com estas competências bem desenvolvidas também é sentido positivamente no mercado de trabalho na forma de maiores salários e menor período de desemprego.

fresnik.com

Nessa linha, um professor de Língua Portuguesa deve, ao estudar um texto ou romance, por exemplo, explorar o comportamento dos personagens e promover reflexões a respeito de qual seria a reação dos alunos em tais situações, assim como promover comparações com o comportamento de outros personagens. Não podemos fugir a esse compromisso sob pena de estarmos formando uma geração inapta a lidar com frustrações e desafios. •

CITAÇÕES:

Tupes, E.C., & Christal, R.E., Recurrent Personality Factors Based on Trait Ratings. Technical Report ASD-TR-61-97, Lackland Air Force Base, TX: Personnel Laboratory, Air Force Systems Command, 1961

Goldberg, L.R. (1993). "The structure of phenotypic personality traits". *American Psychologist* 48



JÚLIO FURTADO

Mestre em Educação e Doutor em Ciências da Educação
www.juliofurtado.com.br

www.ccfmadvocacia.com.br

ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA ÁREA CÍVEL E MAIS DE 30 ANOS DE EXPERIÊNCIA.

Com a CCFM Advocacia, sua instituição de ensino tem suporte jurídico completo, eficiente e preciso na área Cível – uma das mais abrangentes do Direito.

CONHEÇA ALGUNS DE NOSSOS SERVIÇOS:

Preventivo

- Elaboração e análise de contratos;
- Defesa junto a órgãos administrativos.

Contencioso

- Família e sucessões;
- Procedimentos especiais (medidas cautelares);
- Ações em geral;
- Indenizatórias (dano moral, material e estético);
- Cobranças administrativas e judiciais.

Outras áreas de atuação:

Trabalhista | Tributário | Empresarial | Terceiro Setor

30 CCFM **Celso Carlos Fernandes e Melo**
advocacia

11 3513-5080 Rua Voluntários da Pátria, 1088 2º andar - Santana - SP - advocacia@ccfmadvocacia.com.br ccfmadvocacia